

Crueldade vivida sob autoritarismo

testemunhos possíveis

Heitor Amílcar da Silveira Neto

Resumo Alguns daqueles submetidos à crueldade pela violência extrema – como a de regimes ditatoriais ou pela política de extermínio instituída no Holocausto –, conseguindo a ela sobreviver, se dispuseram a dar testemunho dessa vivência. Ao dizerem do ocorrido *a posteriori*, rompem o circuito de silêncio próprio à manutenção da cena cruel. A decisão de testemunhar, inerente ao ato da escritura, garantiria o endereçamento da voz daquele capturado pela cena cruel, desativando mesmo seus efeitos? É o que o presente texto investiga a partir de três testemunhos que tiveram seu registro em suporte livro.

Palavras-chave crueldade; silenciamento; testemunho; escrita; trauma; voz.

Heitor Amílcar da Silveira Neto é psicanalista, membro do Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise (São Paulo).

Não é humana a experiência de quem viveu dias nos quais o homem foi apenas uma coisa ante os olhos de outro homem.

Primo Levi

Esta pesquisa no campo da crueldade se vale dos depoimentos nos livros *Memórias do esquecimento – os segredos dos porões da ditadura*, de Flávio Tavares (1999); *É isto um homem?*, de Primo Levi (1947), e *O que os cegos estão sonhando?*, de Noemi Jaffé (2012). Com tais registros, busca-se identificar, em cada caso, as particularidades do destino dado à memória, quando, na interrupção do silenciamento imposto aos capturados pela crueldade, a cena cruel que lhes deu origem se faz desvelada e a temporalidade que sustentava sua permanência pode ser interrompida.

Recortes de testemunhos iniciais

O jornalista e professor universitário Flávio Tavares atuou contra o regime ditatorial instaurado em 1964 no Brasil. Preso em 1969, é submetido a sevícias nos porões dos órgãos de repressão. Posteriormente, nos anos como exilado, um sonho o acompanhou de modo contínuo até conseguir retornar ao país.

Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos como um parafuso solto. E, como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a parafusá-lo, encaixando-o entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, no seu lugar de sempre.



« Ao longo dos meus dez anos de exílio, um sonho acompanhou-me de tempos em tempos, intermitente. Repetia-se sempre em pequenas variantes. Meu sexo me saía do corpo, caía-me nas mãos e eu não podia agarrá-lo. E, como um parafuso de carne vermelha, eu voltava a ser enfiado entre minhas pernas, um palmo abaixo do umbigo, para não cair. Sonhei no México, em 1969, com meu pênis saindo-me do lugar e caindo na palma da mão esquerda, com os dedos da mão direita buscando sentir, aflitos, se ele ainda pulsava, se o sangue nele corria, se meu sexo ainda vivia. [...] Mais terrível que o pesadelo era lembrar-me, na dúvida, naquelas frações de segundo entre aberturas e fechamentos e o amanhecer, sem saber se fora apenas um sonho mesmo ou o despertar de alguma realidade cloroformizada pela vida. Meu



[...] seguro na palma esquerda, com os dedos da mão direita buscando sentir, aflitos, se ele ainda pulsava, se o sangue nele corria, se meu sexo ainda vivia. [...]

Meu sexo saía do lugar sem mais nada, como uma espécie de folha caída. Só isso. Mas a angústia disso foi uma dor que me perseguiu quase constantemente pouco depois que, no México – ao final dos meus primeiros 45 dias de liberdade –, começaram a desaparecer os anéis escuros, de um tênue marrom filigranado, com que meu pênis tinha sido marcado pelos choques elétricos no quartel-prisão no Rio de Janeiro, em agosto de 1969.¹

Nos dez anos de exílio, esse pesadelo só se fez suspenso no período em que Tavares voltou a ser preso e torturado, dessa vez no Uruguai, pela Operação Condor, então vigente em países da América do Sul. Em julho de 1977, vivendo em Buenos Aires, estive em Montevideú a trabalho jornalístico. Sequestrado pela polícia uruguaia, foi torturado, submetido a falsos fuzilamentos e ficou seis meses seguidos em solitária. Com isso, a proximidade da morte venceu o pesadelo.

Eu voltava a ser um prisioneiro que devia habituar-me a não ser nada, a não ver nem mover as mãos, e cuja única atividade era ser torturado e ameaçado. [...] Paradoxo de si próprio, o pesadelo só aparecia em vida e em liberdade.²

* * *

Em 1943, aos 24 anos, o químico italiano Primo Levi é preso, dada sua condição de judeu, e deportado no ano seguinte para Auschwitz (Polônia). Nesse livro, em que registra aquilo passado nos horrores do Campo, ele diz da “fome crônica que os homens livres desconhecem”: “Como poderíamos pensar em não ter fome? O Campo é a fome; nós mesmos somos a fome, uma fome viva”.³ De tal forma, nada mais compreensível que sonhar com comida fosse algo corrente entre os prisioneiros.

Mas um outro tipo de “sonho cruel”, na expressão de Levi, também se fazia rotineiro. Variavam as cenas, mas em todas elas as narrativas dos presos sobre o sofrimento atroz ali sofrido não recebiam ouvido dos parentes e amigos de fora. Nesses sonhos fala-se da fome, é claro, e ainda do frio, do controle de piolhos, das agressões brutais, dos trabalhos forçados... Escreve Levi: “Me apercebo de que eles não me escutam. Parecem indiferentes; falam entre si de outras coisas, como se eu não estivesse. Minha irmã olha para mim, levanta, vai embora em silêncio”. E angustia-se: “Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?”⁴

Abordagem

Se de fato nos estágios finais do totalitarismo surge o mal absoluto – “absoluto, porque já não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis”, nos termos da filósofa política Hannah Arendt –, por outro lado, sem ele, “poderíamos nunca ter conhecido a natureza realmente radical do Mal”. O contraponto dessa observação, referindo-se ao nazismo no prefácio de seu *Origens do totalitarismo*, possibilita a ela concluir ser assim que o antissemitismo, o imperialismo e o totalitarismo demonstraram – “um após o outro, um mais brutalmente que o outro – que a dignidade humana precisa de nova garantia”.⁵ A autora surpreende ao concluir que o fenômeno totalitário produziu algo novo: a trivialidade da falência dos valores morais. E questiona: *como pessoas comuns são capazes de praticar o mal ilimitado?*

Sobreviver à expressão desse Mal sob arbitrariedades de regimes ditatoriais ou no suplício regulamentado nos campos de extermínio nazistas; sobreviver à violência mais extrema contra outro ser humano, que é a tortura – e dessas vivências fazer registro; testemunhar a inenarrável submissão pela crueldade institucionalizada quando o Estado de exceção se torna regra; e dar conhecimento a isso movido por o quê? De que recursos se valer e com que fins escrever, *publicare*, levar a público – dor, desespero, iniquidade, testemunhos de situações para além da compreensão humana, a sistemática do horror em ato? Seria uma busca por alguma nova garantia à dignidade humana mencionada por Arendt?

No caso de Flávio Tavares, ele se viu submetido a um aniquilamento como sujeito na crueza de uma ditadura que, com o golpe militar de 1964, violou salvaguardas jurídicas e de

»»

*anulado como sujeito
no horror gerado pelo nazismo,
Primo Levi tinha 24 anos
em 1943, e já há quatro vivia
à margem da sociedade,
dada a exclusão dos judeus
no norte da Itália*

cidadania. Clandestinamente, Tavares levava uma militância política e em função dela é preso em três oportunidades, conhecendo, então, os calabouços da tortura.

O choque elétrico é a primeira dor profunda, mas a grande humilhação, símbolo da derrota e do ultraje, é despir-se. [...] “Não me bota a mão. Deixa que eu tiro”. É o momento da mútua corrupção entre a vítima e o algoz. Na crença de que se defende, o prisioneiro obedece e se despe. Nunca chega a tirar as cuecas ou as calcinhas e o sutiã (que são arrancados depois), mas de fato se desnuda, na ilusão inconsciente de tentar corrompê-lo e atenuar a tortura seguinte, que desconhece mas intui. E o carrasco corrompe mostrando poder, para que se saiba que ele comanda a vida do prisioneiro e pode torturar mais ou torturar menos.⁶

Anulado como sujeito no horror gerado pelo nazismo, Primo Levi tinha 24 anos em 1943, e já há quatro vivia à margem da sociedade, dada a exclusão dos judeus no norte da Itália. Finda a guerra, ele escreverá *É isto um homem?*, sobre sua passagem pelo campo de concentração, um clássico entre a literatura de registro. A reflexão sobre a frágil condição humana, tanto nas figuras dos opressores quanto nas de suas vítimas, é a espinha dorsal da sua narrativa, como compor a imagem de si mesmo por meio do que afere dos demais prisioneiros.

1 F. Tavares, *Memórias do esquecimento – os segredos dos porões da ditadura* (2017), p. 15-6.

2 Tavares, *op. cit.*, p. 17.

3 P. Levi, *É isto um homem?* (1947), p. 106.

4 *Idem*, p. 85-6.

5 H. Arendt, *Origens do totalitarismo. Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo* (1973), p. 13-4.

6 Tavares, *op. cit.*, p. 33.



*um amigo do escritor,
perguntado sobre o que
de fato teria ocorrido, questionou
a relevância disso.
“Só um inocente para acreditar
que ele tenha morrido no poço
do elevador. Ele morreu
no campo de concentração.”*

Não há espelhos, mas a nossa imagem está aí na nossa frente, refletida em cem rostos pálidos, em cem bonecos sórdidos e miseráveis. Estamos transformados em fantasmas [...].

Condição mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubarão também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos. [...]

Ficará claro, então, o duplo significado da expressão “Campo de extermínio”, bem como o que desejo expressar quando digo: chegar no fundo.⁷

Outra vivência sob a crueldade, e com diferente desdobramento de testemunho, é a da judia sérvia Lili Stern. Em 1945 ela foi resgatada de Auschwitz. Tinha 19 anos de idade e havia permanecido prisioneira por 11 meses. Levada pela Cruz Vermelha para a Suécia, passou a redigir, feito um diário, aquilo sofrido no Holocausto – da prisão de sua família pelos nazistas à posterior volta à sua cidade natal. Nesse escrito, feito em sua língua materna, os acontecimentos são relatados no presente, como no instante em que foram vividos. Em 2011 esse material é recuperado por sua filha, a escritora e crítica literária Noemi Jaffe, que a partir dele publica o livro *O que os cegos estão sonhando?*

O testemunho de Lili Stern não dá lugar a compaixão, nele não elabora nenhuma teoria da memória. Ela escreve para esquecer – simples assim. Tendo concluído a redação dessas memórias, nas décadas seguintes não mais tocou em tal assunto. No livro, sua filha comenta que Stern sempre se lembra das mesmas coisas. “Se tentamos fazê-la lembrar de algo diferente, além das histórias que ela sempre conta, não se lembra de nada. [...] Provavelmente, ela fixou a memória do que escreveu. Ou melhor, fixou porque escreveu.”⁸

Stern não deixa dúvidas: “Eu não tinha medo de morrer. Não tinha medo de jeito nenhum, mas fiz de tudo para viver”. E sua filha reforça: “Ela não sente medo de nada até hoje. [...] não teme a velhice, a doença, a decadência nem a morte. Vive cada dia como se fosse o único, o último, ou simplesmente como mais um dia.”⁹

Aquilo que resta

O sobrevivente do Holocausto pode não ser considerado necessariamente um sobrevivente. O caso de Primo Levi, com o mistério que envolve a sua morte, em 1987, é emblemático disso. Não se sabe se, por acidente, ele caiu num poço de elevador ou se nele se jogou... Um amigo do escritor, perguntado sobre o que de fato teria ocorrido, questionou a relevância disso. “Só um inocente para acreditar que ele tenha morrido no poço do elevador. Ele morreu no campo de concentração.”

O aniquilamento do sujeito como tal é, antes de tudo, a razão de ser da prática de sevícias. Nas palavras de Flávio Tavares, “primeiro se tortura ou se ameaça. Depois se interroga. A lógica é precisamente esta: destruir o prisioneiro e tornar natural o medo. O interrogatório guiado pelo terror e pelo medo é que não tem lógica humana”.¹⁰ Ele conta que o choque elétrico não era aplicado nos porões da ditadura com intenções assassinas, “mas para triturar o prisioneiro, esmigalhá-lo, reduzindo-o a uma condição de inferioridade e impotência absoluta, física e psicológica”. E mais: “Eles não são assassinos, apenas torturadores, o estágio mais alto

do sadismo. Torturar é a dinâmica desse purgatório perene, onde tudo se sofre e nada se purga”. A razão do emprego da tortura seria o aniquilamento em vida: “destruir-nos vivos como uma fogueira em que Joana D’Arc queimasse e queimasse sem jamais se extinguir nas chamas, para sofrer ainda mais com a dor multiplicada”.¹¹

No livro *O que resta de Auschwitz – o arquivo e a testemunha*, o pensador italiano Giorgio Agamben busca entender justamente as dimensões da produção escrita dos que sofreram o Holocausto. Investiga as dificuldades do testemunho quando este envolve a perda de referenciais básicos num espaço marcado pela total ausência de normas, em que o esforço pela identificação de algo próximo a uma lógica de funcionamento não só se mostrava vão, como também podia significar a não sobrevivência.

Esse “resto”, empregado por Agamben no título do livro, pode ser entendido como aquilo que, no testemunho, solapa a própria eficácia do dizer e, por isso mesmo, institui a verdade de sua fala. Ele aborda essa dificuldade do testemunho: narrar “o que aconteceu” e afirmar, ao mesmo tempo, que “o que aconteceu” não faz parte do narrável. O paradoxo postulado está em não ser possível haver verdadeira testemunha nem verdadeiro testemunho, porque os únicos que poderiam ser foram mortos, no que a presença do resto se faz como presença da ausência.

Primo Levi fala disso em um outro livro, *Os afogados e os sobreviventes*:

Não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. [...] Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por

»
aquilo acontecido na fase final do extermínio, se é conhecido em detalhes sob a ótica histórica, para Giorgio Agamben continua sendo singularmente opaco quando realmente se quer compreendê-lo

prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os “mulçumanos”,¹² os que submergiram – são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral.¹³

A narrativa do sobrevivente repousaria sobre essa impossibilidade de autenticidade e sobre o reconhecimento de tal impossibilidade, sobre a consciência aguda de que aquilo que pode – e deve – ser narrado não é essencial, pois o essencial não pode ser dito. A seguir o pensamento de Agamben sobre o paradoxo de Primo Levi, a testemunha não pode dizer isso que mereceria ser dito, porque esse “isso” pertence à morte. Nos termos do filósofo italiano, essa falta, essa lacuna, esse deslocamento *resta* de Auschwitz, essa marca dolorida que desmancha qualquer plenitude discursiva.

Segundo Agamben, “não enunciável, não arquivável é a língua na qual o autor consegue dar testemunho da sua incapacidade de falar”.¹⁴ Nela coincide uma língua que sobrevive aos sujeitos que a falam com um falante que fica aquém da linguagem. Aquilo acontecido na fase final do extermínio, se é conhecido em detalhes sob a ótica histórica, para o pensador italiano continua sendo singularmente opaco quando realmente se quer compreendê-lo: os que sobreviveram não testemunharam a experiência integral. Os que o fizeram, por definição, não puderam testemunhar.

7 Levi, *op. cit.*, p. 32-3.

8 N. Jaffe, *O que os cegos estão sonhando?* (2012), p. 196.

9 *Idem*, p. 160.

10 Tavares, *op. cit.*, p. 208.

11 *Idem*, p. 29.

12 Prisioneiros que perderam sua condição de homens e foram reduzidos a cadáveres ambulantes. São os presos sem rosto que abdicaram da luta, que não podem nem ser mais chamados de vivos nem ter uma morte que merecesse esse nome.

13 P. Levi, *Os afogados e os sobreviventes* (1990), p. 47.

14 Agamben, *O que resta de Auschwitz?* (2008), p. 161.



a autoridade
da testemunha não
dependeria de uma verdade
fatural, mas, sim, “da relação
imemorável entre o indizível
e o dizível, entre o fora e
o dentro da língua

A dificuldade apontada por Agamben refere-se à própria estrutura do testemunho. O que houve nos campos de prisioneiros, por um lado, aparece aos sobreviventes como a única coisa verdadeira e, como tal, absolutamente inesquecível; por outro, essa verdade é, exatamente na mesma medida, inimaginável: se faz irredutível aos elementos reais que a constituem. “A aporia de Auschwitz é realmente a própria aporia do conhecimento histórico: a não-coincidência entre fatos e verdade, entre constatação e compreensão.”¹⁵

Assim, seria apenas através de uma impotência que haveria lugar para uma potência de dizer. A autoridade da testemunha, dessa forma, não dependeria de uma verdade fatural, da conformidade entre o dito e as circunstâncias, entre a memória e o ocorrido, mas, sim, “da relação imemorável entre o indizível e o dizível, entre o fora e o dentro da língua. *A autoridade da testemunha reside no fato de poder falar unicamente em nome de um não poder dizer, ou seja, no seu ser sujeito*.”¹⁶

Mas desde onde escrevem?

A fala produz nos humanos um modo de consciência qualitativo que carrega consigo não só o que diz e reconhece no exterior e no interior – o consciente –, mas também todas as energias que essa fala traz em si e que se mantêm inconscientes.

Daí a fala dizer muito mais do que pensa ou quer dizer. Ela traz em si o sujeito. Nos termos de Lacan, “o que fala no homem vai muito além da sua fala, penetra nos seus sonhos, no seu ser e mesmo no seu organismo”.¹⁷

A crueldade, quando em curso, tem como característica impingir o silêncio no apagamento da verdade, silêncio esse que tende a permanecer no posterior ao ato. Se, para que a crueldade permaneça, é preciso que o circuito do silêncio seja conservado, o que se rompe no caso de se fazer testemunho da crueldade? Dito de outra forma: se a verdade for vista, o que é feito com ela?

Nas três narrativas selecionadas aqui, a decisão de testemunhar está explicitada no próprio ato da escritura. Em que pese o fato de, por ocasião do trauma, essas pessoas terem sido suprimidas de elementos humanos básicos – como a linguagem e a capacidade de ter expectativas com o futuro –, ainda assim o testemunho delas, cada qual a seu jeito, adveio da vontade original de transmissão, de dar endereçamento ao relato do ocorrido.

Flávio Tavares lança *Memórias do esquecimento* em 1999, três décadas após os acontecimentos narrados terem se dado. Posteriormente, como jornalista, ainda produzirá outros títulos de tema histórico, mas em nenhum revisitando sua experiência nos cárceres da tortura. Na Introdução do livro ele resvala nas razões ou na necessidade que o levaram àquela escrita.

Pouco me ri e muito sofri neste tempo todo. São 30 anos que esperei para escrever e contar. Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem. A ideia vinha à memória, mas, logo, logo, se esvaía naquele cansaço imenso que me fazia deixar tudo para amanhã e jamais recommençar. Tornei-me um esquizofrênico da memória ou de mim mesmo: o que queria e desejava agora me impacientava em seguida e me cansava e aborrecia logo adiante. [...]

Tendo tudo para contar, sempre quis esquecer.

Eu me lembro tanto de tanto ou de tudo que, talvez por isso, tentei esquecer. [...] o que meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar. [...]

Esquecer? Impossível, pois o que eu vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. Sou um demente escravo da mente. Rima? Rima [...], mas não é uma solução. A única solução é não esquecer.

E por não esquecer te conto [...]. Como um grito te conto. Ouve e lê.¹⁸

Em *É isto um homem?*, por sua vez, Primo Levi coloca-se diretamente como testemunha e condiciona sua sobrevivência à premência de contar essa história. Resgatado pelos russos no início de 1945, escreve o seu livro entre dezembro daquele mesmo ano e janeiro de 1947, em urgência para se libertar do peso da terrível experiência. Ele assinala no Prefácio:

[...] o livro já nasceu nos dias do Campo. A necessidade de contar “aos outros”, de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior.¹⁹

Com essa publicação, Levi propõe-se também a “fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana”. Ainda publicará contos, poemas e novelas, sem obter maior notoriedade por eles. Mas foi ao conjunto dos vários títulos sobre suas lembranças do Holocausto, com que esteve envolvido até morrer em 1987, que realmente seu nome ficou atrelado.

Já a maior particularidade da história de Lili Stern reside exatamente no fato de que, tendo posto no papel a amarga experiência, ela passou a apagar qualquer forma de sofrimento. Mortes na família, problemas financeiros, até o incêndio da própria casa – tudo lhe tem um peso irrisório.

15 *Idem*, p. 20.

16 *Idem*, p. 157 [destaque original].

17 J. Lacan, *Escritos* (1996/1998).

18 Tavares, *op. cit.*, p. 11-3.

19 Levi, *op. cit.*, p. 7-8.

20 Jaffe, *op. cit.*, p. 125.

21 *Idem*, p. 196.

»
*a maior particularidade
da história de Lili Stern
reside exatamente no fato
de que, tendo posto no papel
a amarga experiência, ela
passou a apagar qualquer
forma de sofrimento*

Mesmo a respeito daquilo sofrido sob o nazismo, nem mais uma palavra, nada mais a dizer. Comenta sua filha:

Talvez esta seja a questão mais difícil de todas. Aceitar que ela é o esquecimento. Que o esquecimento é o eixo constitutivo da sua personalidade. É difícil que tudo se justifique pela guerra. Mas, por outro lado, tudo se justifica, sim. Como alguém pode penetrar na moralidade de quem passou pelo campo? Que cobranças morais podem ser feitas desses sobreviventes? Nenhuma? Pode-se exigir que ela lembre, não de lá, mas de outros problemas que ela viveria depois? [...] Pode-se aceitar que ela tenha criado um procedimento interno e automático de esquecimento de todos os problemas? [...] A memória é o mestre da morte?²⁰

Sobre os eventos no Campo, quando forçada a falar, Stern invariavelmente se remete às mesmas coisas. “Se tentamos fazê-la lembrar de algo diferente, além das histórias que ela sempre conta, não se lembra de nada. [...] Provavelmente, ela fixou a memória do que escreveu. Ou melhor, fixou porque escreveu”.²¹

Enredados por teias distintas
e a questão da voz

A experiência dos campos de concentração teve como característica uma devastadora falta de



*aqueles que resistiam
ao comércio – das ínfimas
rações de comida, dos farrapos
em forma de roupa, do menor
e mais insignificante objeto
que se pudesse obter –
dificilmente sobreviviam*

normas. Os prisioneiros eram entregues a um arbítrio implacável pela *administração* nazista a partir do estabelecimento de uma ordem tão rígida quanto aleatória. Perdiam tempo e energia buscando compreender aquilo que lhes acontecia, em entender o sistema que regia o campo, em vez de focar no único esforço válido: sobreviver a qualquer custo, isto é, ao custo do entendimento e, também, da comunicação com os outros.

Em condições sub-humanas, questionar-se sobre o nexos das coisas representa alto risco de perda de resistência física. Nos campos de extermínio, onde tudo, mesmo naquelas condições, virava comércio, eram os intelectuais os que mais sofriam. Aqueles que resistiam ao comércio – das ínfimas rações de comida, dos farrapos em forma de roupa, do menor e mais insignificante objeto que se pudesse obter – dificilmente sobreviviam. Desgastando-se por uma compreensão para além de um entendimento possível, a perda de vigor daí resultante tinha consequências mortais.

A supressão de sentido fica anotada no relato de Primo Levi quando, assaltado pela sede de dias seguidos no transporte de trem, colhe um pedaço de gelo que pende do telhado e este lhe é arrancado por um guarda. Diante da brutalidade, a pergunta banal balbuciada em seu pobre alemão: *Warum?* (*por quê?*). A resposta, nada usual, é assustadora: “Aqui não existe por quê!”, vocífera o guarda, empurrando-o para trás. E Levi conclui:

“A explicação é repugnante, porém simples: neste lugar tudo é proibido, não por motivos inexplicáveis e sim porque o Campo foi criado para isso”.²²

Sobre essa falta de nexos, Tavares comenta:

A um torturador não se pode exigir compreensão. Ele está feito para não entender. Não indaga como um juiz. Quebra, desmantela ossos, fende crânios. Esbofeteia. Nas orelhas, sobre os tímpanos, aplica ‘telefones’ que nos levam à surdez momentânea, porque não lhe interessa que escutemos o que nos pergunta. Tudo é sadismo”.²³

Em um universo em que reina a mais radical imprevisibilidade, tudo é possível em matéria de horror. Diante de um mundo cuja simbologia, sob essa crueldade, se faz como indecifrável, a linguagem ordinária mesma decai. Não à toa Levi afirma: “nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem”.²⁴

Uma decisão posterior em dar testemunho a tal vivência antes de tudo se depara com essa impossibilidade de encontrar sentido no cotidiano imposto pelo nazismo ou por ditaduras, quando frente à crueldade em estado puro. Transpor essa incapacidade para conseguir endereçar a voz, e obter sua necessária escuta, será dificultado também pela passividade e o silenciamento: por meio deles, a subjugação ali produzida busca fixar a cena cruel na memória daquele por ela capturado, mantendo-a dessa forma ativa.

Se a “experiência integral” desse indizível escapou aos sobreviventes, restou a esses sujeitos o imperativo da lembrança, contra todos os limites que se interpõem ao conhecimento. Em suas subjetividades, cada testemunho carrega a certeza de que nenhuma palavra será suficiente para relatar aquilo vivido. É fácil compreender por que, nesses casos, a língua se esforça tanto para alcançar o mundo – e ainda assim perece. A indiferença à morte e à fome, aos corpos dilacerados pela tortura, ao frio ou ao trabalho forçado e sem sentido, todos esses aspectos trazem ao escritor um desamparado contraste com a língua ordenada, descritiva e esclarecida. E alguns deles, a despeito disso, ainda operaram seus testemunhos.

As três vivências sob a crueldade aqui tratadas têm o testemunho como eixo comum, enlaçadas que estão pela disposição – consciente ou não – dos sujeitos no resgate da voz e de seu endereçamento à escuta-leitura de um outro. Contudo, resulta que esse endereçamento cumpre funções distintas caso a caso, não revertendo em um mesmo tipo de efeito. Na diferença dos contextos em que tais expressões escritas se deram, o que mais sobressai é *de onde fala* cada narrativa: a forma com que os sujeitos se viram apreendidos no despedaçamento humano em que foram subjugados e, a partir daí, como suas posições particulares se manifestaram sobre o trauma.

Flávio Tavares participou da resistência à ditadura no Brasil e desse modo convocou o sistema a olhar para ele. Era um prisioneiro ideológico, ciente dos riscos que suas ações suscitavam naqueles tempos de arbítrio. É justamente por sua condição de falante que o prendem, com a finalidade, em última instância, de abafar tal fala. Mesmo sob tortura ou assistindo ao sofrimento aplicado a outros, ele mantém a perspectiva da opção histórica que havia feito. Em nenhum momento se apresenta como simples vítima. O equilíbrio que perpassa seu relato e suas reflexões, não obstante a insuficiência de palavras para descrever o horror em que se viu emaranhado, dá conta disso.

Já Primo Levi e Lili Stern se diferenciam nesse lugar da fala. Foram um e uma entre milhões de enredados no insano plano do III Reich pela construção de uma grande Alemanha. Como prisioneiros escravos em um campo de extermínio, não eram sabedores da dimensão do que lhes ocorria nem tinham inteiração do processo em curso que justificasse ali a sua condição. Sem nenhuma ciência, se viram engolfados no despropósito de um horror cuja única razão de ser, para eles, estava no fato de terem nascidos judeus.

»
considerando-se o conceito de crueldade como o “nome da voz da completa indiferença ao reconhecimento do sujeito” articula-se com isso a concepção de Jacques Lacan de “discurso” como a teia invisível pela qual os homens se enlaçam uns aos outros

Podem ser emblemáticos desse quadro os insistentes sonhos, mencionados por Levi, nos quais ele reencontra parentes e amigos e lhes diz dos horrores do Campo – mas as pessoas se esquivam e não o escutam. A “cena sempre repetida da narração que os outros não escutam” indicaria uma não mudança de posição em relação ao trauma. Inexistiria superação desse trauma, apontada pela permanência numa condição de não falante. Do mesmo modo, seria possível entender o paradoxal lugar de Levi, a publicar livros sobre o Holocausto, na condição de eterna testemunha.

O caso é que, considerando-se o conceito de crueldade como o “nome da voz da completa indiferença ao reconhecimento do sujeito”, conforme expressa Mauro Dias,²⁵ articula-se com isso a concepção de Jacques Lacan de “discurso” como a teia invisível pela qual os homens se enlaçam uns aos outros. Por ser pelo campo discursivo que a crueldade faz exercer seu circuito, a anulação subjetiva do sujeito pode ser entendida como a ausência da sua voz. Não se trata, para a psicanálise, do elemento sonorizável, e sim da condição do sujeito se dirigir a outro de forma invocante. O ato cruel busca, exatamente, anular o endereçamento dessa voz, inviabilizando em definitivo a condição de um Outro na posição de escuta, que complete a linha discursiva.

Assim, a cena da crueldade é marcada pelo fato de, para o sujeito nela enredado, não existir

22 Levi, *op. cit.*, p. 60.

23 Tavares, *op. cit.*, p. 245.

24 Levi, *op. cit.*, p. 32.

25 M. Dias, *As vociferações e seus tratamentos possíveis* (2018/2019).



*o exercício da
crueldade inclui uma
prática de tamponamento
da verdade, promovendo
uma cristalização da condição
subjéctiva da vítima
na cena cruel*

um Outro a quem ele possa estabelecer endereçamento. Ao empregar essa estrutura invisível, a crueldade se faz permanente, mantido o silêncio e impedida a vinda de um terceiro que interrompa esse processo.

Para lá da teia, deslocamento

“O encobrimento da verdade e o silenciamento”, nas palavras de Daniele Sanches, “assinam as obras da crueldade humana. O exercício da crueldade inclui uma prática de tamponamento da verdade, promovendo uma cristalização da condição subjéctiva da vítima na cena cruel.”²⁶ É desse modo que a função de máscara, encobridora da verdade, tem o efeito de paralisia e estagnação subjéctiva. Segundo Lacan, a verdade fala, e obriga o sujeito a se reposicionar diante do seu próprio saber inconsciente.²⁷ Entretanto, observa Sanches, “quando a verdade é impedida de falar, impede-se também o movimento de reposicionamento do sujeito”.

Após o ato de crueldade, para que esta não se perpetue é necessário que o circuito do silêncio seja quebrado. O depoimento escrito vem romper esse silêncio, esse tampão que se faz por excelência “assinatura das experiências de crueldade”, na expressão de Sanches. Mas, se o sujeito for levado

a se posicionar a posteriori pela verdade que fala, tornar público o testemunho basta? É suficiente a ruptura do silêncio para que a vítima se desloque do acobertamento do véu intransponível aplicado pela crueldade?

Enquanto o militante Tavares lutava pelo restabelecimento do Estado de Direito – portanto, se deixava mover por uma razão –, os dois registros de vítimas do projeto nazista não possuíam esse lugar de fala na entrada da situação de trauma. Levi e Stern não tinham acesso a um porquê de serem ali vitimados, posto que a justificativa residia na mera condição de judeus. Já o jornalista dispunha de um propósito de ação. Se de um lado, foi esse lugar no falar que o levou ao emaranhamento nas teias da tortura, é precisamente por esse comprometimento que a ela resistiu, ainda que com traumas.

Do que contei, tentei não tirar conclusões e preferi que a narrativa concluísse por si mesma, nessas histórias que não inventei e que foram tão só refeitas, cosidas no tempo e no espaço, numa fição paciente e dolorosa. Vivida – não inventada –, essa história deixou marcas, cicatrizes, neurose, patologias de alma e corpo, às vezes diagnósticáveis até no olhar das vítimas – uma mirada atormentada, medrosa e deslumbrada. Ou tímida, recolhida e encap-sulada em si mesma.²⁸

Primo Levi parece ter restado preso à escrita sobre o Holocausto, como que em um *continuum* a “fornecer documentos para um sereno estudo de certos aspectos da alma humana”. Ao se fixar a essa temática, teria ficado no trauma? Seu falecimento em 1987 foi um acidente, suicídio ou precisamente a morte de um ser já há muito sem vida? Levi conservou certa condição de testemunha em sucessivas obras em torno do Holocausto, ao mesmo tempo em que não alcança posição tão importante em outras frentes (como autor de teatro e poeta). Quem sabe isso seja a indicação de que, em seu caso, o próprio dizer não se fez eficaz na quebra do silêncio para um deslocamento da cena traumática. Ou simplesmente haveria encontrado, apenas assim, garantias à condição de sobrevivente?

A escrita de Lili Stern a ajudou a passar pelo trauma ou ela teria nele se enredado justamente pelo silêncio que, em vários níveis, foi incorporado em sua vida? Haver registrado sua vivência logo após o trauma parece, por si, ter lhe bastado. Pós testemunho, refugiar-se em um calar sobre esse passado não deixa de indicar um deslocamento em relação à crueldade: Stern como que *escreceu* – escreveu e autorizou-se a esquecer. Por haver dito, nada mais a forçava a recordar (ou sofrer) a tal respeito. Seu registro proporcionou que se retirasse para um silêncio memorativo quase existencial, no qual resguardou seu percurso. Nisso, o silêncio talvez constituiu uma saída – e quem sabe caiba à psicanálise respeitar que o *nenhum saber* poder recobrir esse real.

Em outras palavras: não é fato que o *falar sobre* seja curativo. Para cada um que recorre ao escrever para externar seu testemunho sobre uma vivência sob a crueldade, a escrita tem uma função própria e acomete ao sujeito com peso distinto – nem sempre envolvendo uma função de elaboração de trauma. A percepção deste estudo é a de ser um mito afirmar-se que escrever, por si, cura. Escrever possui, isso sim, potência para deslocar: *pode* propiciar algum nível de cura.

Para situações de submissão à crueldade, nem sempre a escrita do ali ocorrido entrará nesse lugar de cura, ainda que possa se prestar a lugar de deslocamento. Nos três casos houve exposição a cenas cruéis, os três disso deram testemunhos pela escrita, mas para cada um esse testemunhar teve função distinta e se deu com pesos diferentes. Cada qual saiu numa dada posição e, ao mesmo tempo, para nenhum deles se pode afirmar que se trata de uma elaboração, de uma cura.

26 Sanches, *Notas sobre silêncio e passividade* (2019).

27 J. Lacan, “A coisa freudiana” (1955), in *Escritos* (1966/1998).

28 Tavares, *op. cit.*, p. 244.

29 M. A. de Almeida Teles, Youtube.com: /watch?v=o6dZWbkXwro e watch?v=BNob8Kc3xwQ (acesso: 23/jul./2019).

»
*Amelinha possui
uma definição sucinta,
e quem sabe definitiva,
sobre aquilo a que ela e sua
família foram submetidas naqueles
anos de chumbo: “Tortura é para
sempre. É algo que não
se tem como apagar”*

A título de posfácio:
“Tortura é para sempre”

Em 1972, a então militante política Maria Amélia de Almeida Teles foi presa em São Paulo junto com a marido. Em seguida foram à casa dela e sequestraram seus dois filhos e sua irmã. A filha tinha cinco anos de idade, o menino, quatro. Durante duas semanas, enquanto ela recebia choque elétrico, nua, amarrada na cadeira do dragão, urinada, com fezes e vômito pelo corpo, as crianças eram obrigadas a assistir àquilo tudo. Além de testemunhar o assassinato do marido, a presa política teve sua irmã, grávida de sete meses, barbaramente torturada.

Amelinha, como é conhecida, é ela própria autora de livros e, aos 74 anos, continua atuando como ativista política. Com tal trajetória, Amelinha possui uma definição sucinta, e quem sabe definitiva, sobre aquilo a que ela e sua família foram submetidas naqueles anos de chumbo: “Tortura é para sempre. É algo que não se tem como apagar”.²⁹

Possivelmente também sejam para sempre os traumas de qualquer crueldade. Quer a essas vítimas enredadas em suas teias tenha sido possível fazer registro testemunhal dessa vivência, quer não.

Bibliografia

- Agamben G. (2008), *O que resta de Auschwitz. O arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo.
- Arendt H. (1963/2017) *Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cohen M. (2013/2017). *A cena interior. Fatos*. São Paulo: 34.
- Dias M. M. (2018). *Seminário sobre o supereu*. (Vídeos). Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. In: voxinstituto.com.br/instituto-vox-tv/.
- ____ (2018-9). *As vociferações e seus tratamentos possíveis*. (Vídeos). Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. In: voxinstituto.com.br/instituto-vox-tv/
- ____ (2019). *Oficina da voz*. (Vídeos). Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. In: voxinstituto.com.br/instituto-vox-tv/.
- Jaffe N. (2012). *O que os cegos estão sonhando?* São Paulo: 34.
- Jasper K. (1946). *A questão da culpa. A Alemanha e o nazismo*. São Paulo: Todavia.
- Levi P. (1947/1988) *É isto um homem?* São Paulo: Rocco.
- Sanches D. R. (2018). *Fundamentos psicanalíticos para um estudo da crueldade*. (Vídeo). Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. In: <https://voxinstituto.com.br/instituto-vox-tv/>.
- ____ (2019). *Notas sobre silêncio e passividade ou Luto e Melancolia: falências da demanda*. Instituto Vox de Pesquisa em Psicanálise. Fev./2019. In: voxinstituto.com.br/biblioteca-instituto-vox/.
- Tavares F. (1999/2017) *Memórias do esquecimento. Os segredos dos porões da ditadura*. Porto Alegre: L&PM.

Cruelty under authoritarianism: possible testimonials

Abstract Some of those subjected to cruelty by extreme violence – such as dictatorial regimes or the Holocaust extermination politics – having managed to survive, were willing to testify to the experience. When conversing about what happened “a posteriori”, they break the circuit of silence which is inherent to the maintenance of the cruel scene. The decision to testify, inherent to the act of writing, would guarantee the addressing of the voice of the one captured by the cruel scene, even disabling its effects? This is what this article investigates from three testimonies that had their record in book support.

Keywords cruelty; silencing; testimony; writing; trauma; voice.

Texto recebido: 04/2020

Aprovado: 06/2020